

**População Transgênera em Serviços de Saúde e Ambientes de Formação: Uma
Revisão Integrativa**

**Transgender Population In Health Services And Training Environments: An
Integrative Review**

**Población Transgénero En Servicios De Salud Y Entornos De Capacitación: Una
Revisión Integrativa**

Recebido: 23/10/2021 | Revisado: 12/11/2021 | Aceito: 17/11/2021 | Publicado: 14/12/2021

Giovanna Louise Bomfim de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5638-5390>

Centro Universitário de Brasília, Brasil.

E-mail: giovanna.louise@sempreceub.com

Tiago Bahia Fontana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3210-1706>

Ministério da Saúde, Brasil.

E-mail: tiagobf@gmail.com

Julliane Messias Cordeiro Sampaio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2781-9051>

Centro Universitário de Brasília, Brasil.

E-mail: julliane.sampaio@ceub.edu.br

Luciana Neves da Silva Bampi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0792-759X>

Universidade de Brasília, Brasil.

E-mail: lbampi@unb.br

Danilo Sampaio Avelar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3783-2164>

Centro Universitário de Brasília, Brasil.

E-mail: danilo.ferreira@ceub.edu.br

Ester Mascarenhas Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6643-6910>

Universitário de Brasília, Brasil.

Resumo

A invisibilidade vivenciada pelas pessoas transgêneras reflete uma existência marcada por repúdio, preconceito e recorrentes episódios de violência. Esse contexto, por hora marcado pelas diferentes formas de agressão, somado à incipiência de estratégias de atenção à saúde e educação incidem sobre o referido segmento como catalisadores de vulnerabilidade. O objetivo deste artigo foi descrever os elementos que fazem parte do contexto de saúde e educação da população transgênera. Trata-se de uma revisão integrativa e para conduzir as buscas foi utilizada a estratégia SPIDER, permitindo evidenciar pesquisas com diferentes delineamentos. Foram selecionados dezoito artigos nas bases de dados SciELO, LILACS e PEPSIC. Os contextos sociais de saúde e de educação vivenciados pela população transgênera são marcados por condições adversas relacionadas ao estigma, a exemplo do não respeito a identidade de gênero e ao nome social, despreparo de profissionais para lidar com as singularidades que envolvem essas pessoas, desse modo, mesmo com os avanços já alcançados, ainda existem desafios a serem superados pela sociedade para a inclusão desse grupo.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Transfobia; Violência de Gênero.

Abstract

The invisibility experienced by transgender people reflects an existence marked by repudiation, prejudice and recurrent episodes of violence. This context, marked by the different forms of aggression, added to the incipience of health care and education strategies affects this segment as catalysts for vulnerability. The purpose of this article was to describe the elements that are part of the health and education context of the transgender population. It is an integrative review and to conduct the searches the SPIDER strategy was used, allowing to evidence research with different designs. Eighteen articles were selected from the SciELO, LILACS and PEPSIC databases. The social contexts of health and education experienced by the transgender population are marked by adverse conditions related to stigma, such as the lack of respect for gender identity and the social name, unpreparedness of professionals to deal with the singularities that involve these people, thus, even with the advances already achieved, there are still challenges to be overcome by society for the inclusion of this group.

Keywords: Transgender Persons; Transphobia; Gender-Based Violence.

Resumen

La invisibilidad que experimentan las personas trans refleja una existencia marcada por el rechazo, los prejuicios y episodios recurrentes de violencia. Este contexto, en ocasiones marcado por diferentes formas de agresión, sumado a la incipiente estrategia de atención a la salud y educación, se enfoca en este segmento como catalizador de la vulnerabilidad. El objetivo de este artículo fue describir los elementos que forman parte del contexto de salud y educación de la población transgénero. Se trata de una revisión integradora y para la realización de las búsquedas se utilizó la estrategia SPIDER, permitiendo evidenciar investigaciones con diferentes diseños. Se seleccionaron 18 artículos de las bases de datos SciELO, LILACS y PEPISIC. Los contextos sociales de salud y educación que vive la población transgénero están marcados por condiciones adversas relacionadas con el estigma, como la falta de respeto a la identidad de género y el nombre social, la falta de preparación de los profesionales para enfrentar las singularidades que involucran a estas personas, así, aun con los avances ya alcanzados, aún quedan desafíos por superar por parte de la sociedad para la inclusión de este colectivo.

Palabras clave: Personas transgénero; Transfobia; Violencia de género.

Introdução

O grupo transgênero é composto por transexuais e travestis. Transexuais, geralmente, são pessoas que realizaram ou estão passando pelo processo de transição por meio da mudança corporal, renunciando a determinação biológica, ou seja, não se identificam com o sexo indicado por características fisiológicas, e, por isso, constroem uma nova identidade para apreciar vivências pelas quais se sintam reconhecidas (VILLIKE *et al.*, 2019). Travestis são pessoas que alteram o comportamento e o corpo, por meio de procedimentos estéticos, para se assemelharem ao sexo oposto, sem reivindicar, contudo, a subjetividade própria deste sexo e sem renunciar ao órgão sexual masculino (SILVA *et al.*, 2016).

Na décima primeira atualização da Classificação Internacional das Doenças (CID-11), a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a expressão transexualidade do

conteúdo sobre “transtornos de personalidade e comportamento”, em um subcapítulo chamado “transtornos de identidade de gênero”, para incluir em um novo capítulo, designado “condições relacionadas à saúde sexual” e classificado como “incongruência de gênero”. Deste modo, a transexualidade deixou de estar relacionada a uma escolha ou a uma doença mental, passando a ser considerada uma questão social, relacionada a identidade (DORNELAS *et al.*, 2012).

Segundo Silva et al. (2014) há uma divergência entre as expressões identidade de gênero e orientação sexual. A primeira remete ao gênero no qual uma pessoa se reconhece concordando ou não com o sexo que lhe foi atribuído ao nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer homem ou mulher e se identificar com o gênero oposto - masculino e feminino. Já a segunda está relacionada às questões de sexualidade voltadas para atração afetiva por outra pessoa, designando a orientação sexual, a qual classifica-se em heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, entre outros (SILVA *et al.*, 2016).

Para Rodrigues (2019) ainda que a diversidade sexual esteja presente no meio social desde os primórdios, esse assunto ainda é polêmico, já que frequentemente motiva discursos de ódio e divide opiniões, não sendo totalmente aceito pela sociedade de forma pacífica. A discriminação, a repulsa, o ódio e o preconceito praticados contra o grupo transgênero recebe o nome de transfobia. A aversão voltada à pessoa transgênera constitui questão relacionadas a violência, tanto física quanto psicológica, gerando sofrimento e exclusão social.

Diante disso, a população transgênera está sujeita a injúrias oriundas do estigma e da discriminação, que culminam na exclusão social e violam os direitos humanos, como o direito à saúde, a educação, a não discriminação, a autonomia e ao livre desenvolvimento. A dificuldade apresentada pela população transgênera no acesso a direitos, bem como, o desconforto e a violência vivenciados nos diversos contextos sociais, podem culminar no afastamento desta população, e como consequência, gerar desigualdades de todas as ordens (SOARES, 2018).

No que diz respeito ao campo da saúde, o grupo transgênero constitui uma população em vulnerabilidade, que pode ser originada pela falta de respeito e reconhecimento, deflagrando situações de agravos voltados à saúde mental e física, pela predominância de transtornos depressivos, ansiedade e do HIV/AIDS, entre outros. Em função das dificuldades citadas e a pauta relacionada aos direitos de cidadania desse

grupo, ainda existem lacunas a serem preenchidas com ênfase na atenção integral em saúde e facilitação do acesso a serviços, sem risco de discriminação. Essas postulações vêm se erguendo paralelamente aos esforços por fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e alavancam debates acerca das implicações das desigualdades sociais na assistência em saúde (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

Vários problemas sociais também contribuem para fragilidade no campo educacional, isto porque, a realidade na qual a população transgênera está inserida é marcada por uma série de adversidades estruturais e de violências que dificultam o acesso e a permanência na educação. Diante deste fato, mesmo com avanços relacionados às políticas públicas de inclusão, ainda se encontra pouca pluralidade econômica, étnica, sexual e de gênero tanto na educação básica, quanto na superior. Em consequência disso, é possível observar a dificuldade no ingresso no mercado formal de trabalho, fazendo com que uma parte da população transgênera procure como fonte de subsistência, a prostituição, profissão que as torna ainda mais vulneráveis (SILVA, 2018).

Diante disso, o interesse pela temática de estudo surge das discussões nas disciplinas de saúde coletiva e saúde mental do curso de enfermagem. Nesse contexto, debatia-se sobre estigma, preconceito, políticas públicas e inserção das pessoas transgêneras nos diversos espaços sociais. Desse modo, tem-se como questionamento: “Quais elementos fazem parte do contexto de saúde e de educação das pessoas transgêneras?”. Com vistas a encontrar respostas para a pergunta em questão, o presente estudo tem como objetivo descrever os componentes do contexto de saúde e de educação da população transgênera. Essa pesquisa mostra-se relevante uma vez que se propõe discutir sobre um tema relevante, mas ainda pouco debatido no contexto acadêmico.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura acerca da população transgênera nos contextos de saúde e de educação. Esse tipo de revisão admite a elaboração de ampla análise, o que contribui para discussões sobre métodos e resultados de pesquisa, trazendo assim reflexões sobre lacunas no conhecimento para a realização de futuras investigações. É necessário, portanto, que sejam seguidos padrões de clareza e crítica neste tipo de revisão, de modo que o leitor possa identificar as características mais relevantes dos

estudos revisados. Na operacionalização desta revisão integrativa, foram utilizadas as seguintes etapas: definição da questão temática, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, coleta de informações, análise e interpretação dos resultados obtidos e apresentação da revisão integrativa (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010).

Como forma de construir a questão de estudo e conduzir as buscas foi utilizada a estratégia (SPIDER, 2012), permitindo evidenciar pesquisas com diferentes delineamentos e que abordassem determinados comportamentos, relações entre variáveis qualitativas e quantitativas, experiências individuais e coletivas, e intervenções com significado social. Esta estratégia contempla os seguintes elementos: *Sample* (amostra); *Phenomenon of Interest* (fenômeno de interesse); *Design* (desenho do estudo); *Evaluation* (avaliações); *Research type* (tipo de pesquisa) e juntos norteiam as buscas e influenciam na robustez da revisão (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

O levantamento de estudos na literatura ocorreu de agosto a setembro de 2020 nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), utilizando os seguintes descritores: pessoas transgênero, educação e saúde. Para a seleção dos estudos foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: publicações que tratavam das pessoas transgênero e do acesso à saúde e a educação, textos completos com acesso online gratuito, disponíveis em português ou em inglês e publicados entre 2011 e 2020. Foram excluídos documentos pertencentes à literatura cinzenta, duplicados e acessíveis em outros idiomas.

Resultados

A partir da aplicação do protocolo de busca nas bases de dados, mediante critérios de inclusão e de exclusão, obteve-se a amostra de artigos selecionados para a revisão, conforme Figura 1.

Os estudos levantados foram analisados com relação ao nível de evidência científica, que permitiu classificar as evidências de forma hierárquica em fortes, moderadas e fracas. A primeira abrangeu evidências resultantes da meta-análise de múltiplos estudos clínicos controlados e randomizados (Nível 1) e as obtidas em estudos individuais com delineamento experimental (Nível 2). Já a segunda englobou evidências

de estudos quase experimentais (Nível 3) e de estudos descritivos ou qualitativos (Nível 4). E por último, foram classificadas como frágeis as evidências provenientes de relatos de caso ou de experiência (Nível 5) e as baseadas em opiniões de especialistas (Nível 6) (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Com relação ao tipo de estudo, nove artigos consistiam em pesquisas qualitativas, cinco em estudos descritivos, três estudos eram de natureza mista (quantitativa e qualitativa) e uma meta-análise de estudo clínico randomizado. Com relação à classificação das evidências, dezessete foram consideradas moderadas (Nível IV) e uma considerada forte (Nível I). As características gerais dos estudos incluídos podem ser observadas no Tabela 1.

A Tabela 2 mostra a distribuição dos estudos revisados. Foi realizada a identificação com a respectiva caracterização, dos objetivos das pesquisas e dos resultados encontrados.

A partir das leituras e análise dos artigos inclusos nesta revisão, obteve-se as seguintes categorias temáticas: Acesso das pessoas transgêneras aos serviços saúde e Acesso das pessoas transgêneras aos ambientes de formação.

Discussão

Gênero é considerado um modo de identificação pessoal e/ou social das pessoas autodeclaradas como homens ou mulheres, sendo esta identificação constituída por um conjunto de papéis e de expressões erguidos intensamente e de maneira independente do sexo atribuído ao nascimento (VILLIKE *et al.*, 2019). Novas questões relacionadas ao gênero emergiram nos últimos anos, questões essas a qual argumentam o conceito binário de atributos inerentes ao sexo. Essas questões passaram a conceber um espectro feminino-masculino nas quais as pessoas podem se encontrar ou não e no qual podem se deslocar livremente, utilizando das próprias singularidades para uma maior visibilidade diante da sociedade (BARBOSA; SILVA; SERÓDIO, 2020).

A invisibilidade vivenciada pelas pessoas transgêneras, reflete uma existência marcada por repúdio, preconceito e recorrentes episódios de violência. Esse contexto, por hora marcado pelas diferentes formas de agressão, somado à escassez de estratégias voltadas para saúde e para a educação incidem, sobre o referido segmento como

catalisadores de vulnerabilidade, da inclusão nos grupos de riscos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis (IST), à criminalidade e a violência. A violência a qual estão sujeitos (as), seja física ou psicológica, é vista como naturalizada diante da concepção social, formulada por uma associação na qual ser uma pessoa transgênera é estar aberta ao preconceito e a discriminação (SILVA *et al.*, 2016).

Um estudo feito por Spizzirri *et al.* (2017) mostrou que estigma social enfrentado pelo grupo em questão, os(as) colocam expostos a um risco maior perante as situações com desfechos desfavoráveis à vida e à saúde, menor desempenho escolar, maior frequência em relação ao abandono dos estudos, abuso sexual, questões relacionadas a ansiedade, depressão, ideias e tentativas de suicídio, uso abusivo de substâncias psicoativas, entre outros. Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016) ainda ressaltam que devido ao preconceito e à dificuldade de conseguir emprego por falta de qualificação, grande parte desse grupo composto por travestis e transexuais, trabalha na prostituição.

De acordo com Monteiro e Brigeiro (2019) no que se diz respeito ao âmbito político-governamental, o ano de 2004 é considerado um marco para a promoção de direitos para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Houve avanços nas áreas da saúde, educação, segurança e trabalho, com o lançamento do programa Brasil sem Homofobia, desde então pautas sobre inclusão da diversidade sexual e de gênero foram tomando espaço na sociedade.

Para Bezerra *et al.* (2019) esse marco político formulou um dimensionamento estratégico para ampliação, reconhecimento e fortalecimento da condição de cidadão e dos direitos humanos no Brasil. Isto, porém, não correspondeu somente a legitimidade das demandas LGBT, mas também a institucionalização e a participação efetiva dos grupos sociais nos espaços responsáveis por elaboração de políticas de saúde em todas as esferas federativas. Subsequente ao Plano Brasil Sem Homofobia, surgiram divisões nos setores do Estado, a exemplo de coordenações, planos, políticas e programas, fatos que geraram uma maior visibilidade deste grupo diante das autoridades e da sociedade em geral.

Os elementos contextuais das pessoas transgêneras voltadas para saúde e para a educação são apresentados em duas categorias: acesso das pessoas transgêneras aos serviços de saúde e aos ambientes de formação.

ACESSO DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Um complexo de ações e programas elaborados pelo Estado definem o termo Políticas Públicas. Estas, entre outros, possuem o objetivo de garantir direitos constitucionais inerentes aos cidadãos. Desse modo, a Constituição Federal de 1988, coloca a saúde como um direito inalienável, devendo ser assegurado o acesso universal e integral nos atendimentos realizados pelo SUS a todos os cidadãos. Para isso, é de fundamental importância que as linhas de cuidados ofertadas pelo SUS sejam formadas a partir das necessidades sociais de maneira geral, devendo ser consideradas as especificidades dos diversos grupos, fazendo jus ao princípio da equidade, sem distinção de qualquer natureza (OLIVEIRA; ROMANINI, 2019).

De acordo com Bezerra *et al.* (2019) o fato da população LGBT não seguir o padrão heteronormativo imposto pelas sociedades, essa característica, com frequência, impõe dificuldades de acesso aos serviços ofertados pelo SUS, por isso, as singularidades desse grupo tornam-se obstáculos na busca por assistências em saúde. Destarte, Rocon *et al.* (2015) afirmam que as pessoas transgêneras se deparam com dificuldades ao buscarem atendimentos nos serviços de saúde, pelas questões discriminantes, a exemplo do não respeito ao nome social, e, principalmente, pela escassez de assistência especializada na área da saúde.

Magno *et al.* (2019) evidenciaram no que diz respeito ao acesso às ações de saúde, o estigma e a discriminação são elementos de barreiras para as pessoas transgêneras, muitas delas evitam frequentar os serviços por antecipar a negativa ou dificuldade no atendimento. Desse modo, questões habituais aos usuários do SUS, como filas, dificuldade de agendamento, excesso de burocracia, falhas na informação, não acolhimento e a ausência de profissionais, na vivência do grupo trans, somam-se à discriminação de gênero na assistência à saúde, o que descreve uma maior fragilidade desse Sistema que se propõe a ser universal e deflagra as razões para desistência do atendimento por parte dessas pessoas (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019).

Além de enfrentarem inadequação no atendimento voltado às demandas básicas de saúde no SUS, as pessoas transgêneras também sofrem com as dificuldades em terem suas identidades reconhecidas, o que pode acarretar situações de vulnerabilidade e assim propiciar à dependência de substâncias psicoativas, altos índices de contaminação por

IST, transtornos mentais e violência. Nesse sentido, também lidam com dificuldade no atendimento de demandas específicas, como o acompanhamento integralizado em saúde mental, acesso a terapia cirúrgica e hormonal com a finalidade de modificações corporais, ante as limitações de ampliação, reformulação e concretização do Processo Transexualizador (PrTr) do SUS (BARBOSA; SILVA; SERÓDIO, 2020).

Através da portaria 1707/2008 foi lançado o PrTr, mediante o qual apenas as mulheres transexuais tiveram acesso aos serviços de hormonioterapia, de acompanhamento clínico, cirúrgico e principalmente psicológico durante o processo de transgenitalização. Após cinco anos houve reformulação desta proposta. A partir da Portaria 2803/2013 ampliou-se o acesso para homens transexuais com demandas por cirurgias de retiradas de órgãos, hormonioterapia e os acompanhamentos clínicos necessários (ROCON et al., 2015).

O PrTr visa retomar os princípios da universalidade relacionada ao acesso e a integralidade voltada para atenção física e psicossocial, ambas inseridas no contexto de transformação voltado à transexualidade, prioritariamente no âmbito da atenção especializada, sendo este um programa de ações estratégicas relacionado ao processo de transformação das características pelos quais as pessoas transexuais passam em determinado momento de sua existência (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2016).

Para a realização das cirurgias, as pessoas transexuais devem se inserir no programa a partir dos 18 anos e ter um acompanhamento psicoterapêutico por dois anos, a fim de obter o laudo que lhe determine apresentar o CID F64 (transtornos da identidade sexual) e exclusivamente baseado nesse diagnóstico será possível a realização das cirurgias através dos serviços de saúde públicos vinculados ao PrTr (SOUSA; IRIART, 2018). No caso de cidades que ainda não dispõe do PrTr, as pessoas transexuais se veem obrigadas a buscar atendimentos alternativos em serviços de saúde privados, situação que pode levar suas demandas à condição de mercadorias (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2016).

Rocon *et al.* (2019) ressaltam que grande parte das mulheres transexuais não compreendem sua identidade como doença, mas, para obter acesso ao PrTr se sujeita a esta e outras circunstâncias, por exemplo, a transformação nas vestimentas, no uso de maquiagens e como se expressam. A mudança de comportamento visa ser considerada

ideal para obtenção do diagnóstico, e, com isso, induzir a equipe de saúde sobre a autenticidade de ser uma mulher transexual, já que esta condição precisa ser vista como uma patologia.

Sendo assim, a finalidade do acesso à saúde é avaliar os(as) “candidatos (as)” para obterem autorização para realização de cirurgias, desse modo, são utilizados meios de normatização, cujo objetivo é ‘definir quem é o(a) ‘transexual verdadeiro(a) (ROCON *et al.*, 2019). Assim, os indivíduos transexuais que não contemplam os padrões sugestivos ao gênero, têm acesso negado perante os serviços ofertados pelo PrTr, o que coloca em voga a livre expressão de identidade. Estas questões vão de encontro a autonomia e liberdade perante o próprio corpo (SOUSA; IRIART, 2018).

Bezerra *et al.* (2019), ao discutirem o Programa Transexualizador, destacam a limitação no número de hospitais e ambulatórios qualificados para realização do PrTr e a distribuição geográfica desses serviços, resultando em um acesso ineficaz. Além das questões relacionadas à estrutura física, há necessidade de capacitação profissional no que tange o acolhimento e atendimento voltado à população transgênera, elementos que são fundamentais para implementação efetiva do programa.

Sodré *et al.* (2018) retomam a resistência pela busca por serviços de saúde relacionando a alteração do nome próprio e do gênero nos pronomes de tratamento associados às mudanças físicas corporais. O desdém ao nome social configura barreiras no acesso aos ambientes de saúde nos mais variados estabelecimentos e níveis de atenção, apresentando como uma das situações mais comuns de discriminação presentes diariamente na rotina destes serviços.

Diante deste contexto foi reconhecido o uso do nome social pela pessoa transgênera através da portaria nº 1820/2009, na qual nome social é o nome pelo qual o (a) transgênero (a) deseja ser chamado, sendo obrigatório constar nos prontuários um local para preenchimento do mesmo e que seja prestada uma assistência humanizada e acolhedora, ou seja, em nenhum momento deverá ser realizado de forma intolerante ou preconceituosa a inclusão do nome social¹⁷. Todavia, ainda é possível observar que esta normativa não se tornou presente na rotina de trabalho da equipe assistencial, o que ainda bloqueia o acesso eficaz a demandas de saúde dos (as) pacientes transgêneros (as) (ROCON *et al.*, 2015).

Sendo assim, pautas e demandas pertinentes a orientação sexual e de gênero, como plano para enfrentamento da discriminação, estigmatização e preconceito, se tornam indispensáveis para formação e capacitação tanto da equipe assistencial quanto dos gestores em saúde, já que o desconhecimento de objetivos e diretrizes da política, resulta em desarticulação de ações nos diversos níveis de atenção à saúde, determinando a fragmentação do cuidado¹⁵. A exemplo disto, ocorre a inexistência de redes que interliguem a assistência entre a atenção primária e os serviços ambulatoriais ou hospitalares que contemplam o PrTr, resultando em uma ampla demanda nos níveis mais complexos de atenção (ROCON *et al.*, 2019).

A partir do exposto, Oliveira e Romanini (2019) salientam que para a efetivação da equidade entre os serviços de saúde oferecidos a população transgênera, alguns desafios precisam ser vencidos como, aprimoramento do PrTr assim como sua universalização, utilização concreta do nome social, investimento em pesquisas que tragam avanços tecnológicos e terapêuticos, inclusão dos campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos formulários e prontuários e sistemas do SUS, acompanhamento eficaz por todo processo de transexualização, entre outros.

Em síntese, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde decorrem especialmente do estigma e são operados em níveis estruturais, institucionais e individuais, produzidos por um modelo de assistência à saúde pautada na heteronormatividade. Ademais, o despreparo de gestores e profissionais ao lidar com questões relacionadas com a diversidade sexual e de gênero constitui uma importante barreira tanto para o acesso aos serviços quanto para o cuidado integral à saúde da população transgênera (BEZERRA *et al.*, 2019).

Portanto, pode se observar as dificuldades enfrentadas pela população transgênera na busca pelo atendimento aos serviços de saúde, e o mesmo pode ser encontrado em outros espaços, como por exemplo, nos ambientes de formação.

Acesso das pessoas transgêneras aos ambientes de formação

Desde sua origem, a escola ocupa um local representativo como instituição social, e tem por finalidade o ensino, transferência de conhecimento, aprendizagem e manutenção de valores que formam a sociedade a qual está inclusa e a confirmação deste

processo se dá por meio da educação das pessoas através do estabelecimento de diretrizes que as situam de forma histórica, social e culturalmente como seres humanos (FRANCO, 2016).

Oliveira e Romanini (2019) mostraram que mesmo com esses pequenos avanços destinados a população transgênera, uma grande parcela deste grupo está, ainda, sob a égide da marginalização e da exclusão social, sendo comum o enfrentamento de obstáculos diariamente quando diz respeito ao acesso à saúde, educação, moradia, empregabilidade, assistência social, entre outros serviços destinados a população e como reflexo deste panorama, a violência e os homicídios que pessoas transgêneras são expostas, colabora para uma perspectiva de vida inferior à média nacional.

A escola é um espaço fundamental para a formação dos indivíduos mesmo estes com diferentes ideias e contextos, portanto a idealização das práticas cotidianas da população transgênera consideradas “certo-erradas” presente nas escolas, está presente nas mais variadas situações, como nos discursos do vestuário adequado, nas brincadeiras entendidas como corretas, nas formas de comportamento reprováveis pelos professores, entre outros (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

É nessas práticas e discursos que se percebe a não legitimação da diferença, o que torna a escola um espaço profícuo para o bullying. Silva et al. (2016) evidenciaram que o baixo grau de escolaridade se relaciona diretamente com o preconceito e a discriminação presente no espaço em que vivem as pessoas transgênero, na qual as práticas cotidianas de exclusão, as levam a evasão escolar. Esta adversidade está presente diariamente, seja pela violência gerada pela transfobia ou pela inadequação do planejamento pedagógico, o que dificulta a sobrevivência à escola.

Para Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016) este cenário violento torna o ambiente escolar desagradável à pessoa transgênera, sendo habitual situações nas quais se fazem presentes à agressão física e mental, violências sexuais, entre outras. Assim, todo indivíduo que, de alguma forma, foge à heteronormatividade, terá um olhar diferenciado pelo meio social para com si, propiciando situações relacionadas ao bullying, o que gera consequências físicas e principalmente psicológicas para pessoas transgêneras.

Diante disto, o bullying é visto como a face mais visível dos problemas e discriminações enfrentados na escola pelas crianças e jovens diversos em termos de gênero e seus efeitos não se limitam ao imediato e podem afetar todo o percurso de vida,

nomeadamente o capital escolar com que poderão contar, desencadeia percursos escolares atribulados como, por exemplo, mudanças de escola constantes, a suspensão do percurso escolar e o abandono escolar precoce (SALEIRO, 2017).

Almeida e Vasconcellos (2018) apontaram que, em virtude da discriminação a evasão de pessoas transgêneras do ambiente escolar acaba sendo involuntária, pois existem fatores que influenciam na presença e/ou ausência deste grupo nestes espaços, entre eles destacam-se o não reconhecimento do nome social, nome ao qual a pessoa transgênera deseja ser chamada no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar e o impedimento de acesso ao banheiro feminino para mulheres transgêneras e o banheiro masculino para homens transgênero.

Diante disso, como maneira de evitar sofrimentos vividos no ambiente escolar, o abandono à escola se torna constante. Todavia, a formação escolar é um fator de extrema importância já que é um processo significativo na construção do indivíduo e de fundamental importância para o ingresso ao mercado de trabalho, mesmo quando em atividades de baixa complexidade²⁵. Assim, é possível supor que, no caso da população transgênera, possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a falta de capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito sexual deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho (SOUZA; BERNARDO, 2014).

Outros fatores que influenciam na evasão escolar são questões gerenciais como projetos pedagógicos que não reconhecem a existência e as singularidades da população transgênera na escola, a ausência no currículo escolar de livro didático sobre diversidade sexual, falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, desrespeito ao princípio laico do estado, regimento escolar que simbolicamente pune as expressões culturais da pessoa transgênera na escola ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em hábitos heteronormativos (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Nesse contexto, o estigma e a discriminação, estão geralmente associados à exclusão social, a baixa escolaridade e as barreiras no acesso ao mercado de trabalho, podendo influenciar a entrada dessas pessoas no mercado sexual, gerando adoção de comportamentos de risco para doenças, infecções e agravos à saúde, como o uso de substâncias injetáveis sem orientações médicas, uso de psicoativos, sexo desprotegido, suscetibilidade a IST e também com desfechos psiquiátricos como ansiedade e depressão

(SOUZA; BERNARDO, 2014). Portanto, o processo de estigmatização destaca um traço específico do indivíduo, a identidade de gênero, onde a discriminação, que, por sua vez, produz desfechos negativos à pessoa transgênera (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2017).

Conclusão

A partir desta revisão de literatura, os elementos que fazem parte do contexto de saúde das pessoas transgêneras estão relacionadas ao estigma, falta de qualificação por parte dos profissionais no manejo desse grupo, discriminação, não acolhimento efetivo, desrespeito ao nome social, além de dificuldades quanto ao ingresso no PrTr do SUS. Esses elementos constituem-se barreiras que fragilizam o acesso da população transgênera aos serviços de saúde.

Observou-se dificuldades referentes ao campo da educação. Nesse contexto, a população transgênera mostra-se mais suscetível a marginalização, a exclusão social, ao preconceito, ao não reconhecimento ao nome social, ao *bullying*, a incipiência de projetos pedagógicos singulares, entre outros. Estes motivos corroboram para o alto índice de evasão escolar por parte desta população, o que reflete diretamente na dificuldade do ingresso ao mercado de trabalho formal, fazendo com que estas pessoas, no geral, busquem sustento através da prostituição, sendo suscetíveis a riscos para saúde, como IST e questões voltadas à violência e sofrimento mental.

Esse cenário influencia na invisibilidade do grupo, e, frequentemente contribui para que tenham as menores expectativas de vida, pois não há um olhar diferenciado voltado às suas demandas e necessidades como ser humano. Cabe ressaltar a existência de limitações encontradas durante a construção desta investigação. Uma delas está relacionada à carência de publicações com ênfase na população transgênera de um modo geral.

Destarte, mesmo com os avanços já alcançados, ainda existem desafios a serem superados, sendo as questões relacionadas à discriminação e a estigmatização as principais barreiras a serem desconstruídas. Deste modo, se torna importante a criação de programas e políticas com ênfase em direitos constitucionais do cidadão transgênero, assim como a elaboração de meios para ampliar este debate junto ao público heteronormativo que desconhece as demandas voltadas a população transgênera, seja por

ignorância ou homofobia, e desta forma, através da equidade, incluir este grupo na rotina dos serviços voltados para sociedade de maneira geral, sem distinção de gênero e orientação sexual.

Referências

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito Getúlio Vargas**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v14n2/1808-2432-rdgv-14-02-0302.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BARBOSA, Matheus Ghossain; SILVA, Magnus Régios Dias da; SERÓDIO, Aluísio Marçal de Barros. Transgender Population under the Bioethics Perspective: a Panorama of the Curricula and Bioethics Courses of Medical Schools of the State of São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 1-7, ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000300217&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha *et al.* Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 305-323, dez. 2019. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe8/305-323/pt>. Acesso em: 17 out. 2020.

DORNELAS, Rodrigo *et al.* Qualidade de vida e voz: a autopercepção vocal de pessoas transgênero. **Audiology Communication Research**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 1-5, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/acr/v25/2317-6431-acr-25-e2196.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, v. 28, n. 47, p. 47-66, maio 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-523>. Acesso em: 07 nov. 2020.

GRADE, Cláudia; GROSS, Carolina Baldissera; UBESSI, Liamara Denise. Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa. **Revista Psicologia, Saúde e Doença**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 435-451, maio 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862019000200013. Acesso em: 17 out. 2020.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; SILVA, Livia de Cássia. Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 180-192, dez. 2017.

Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/7475/0>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MAGNO, Laio *et al.* Stigma and discrimination related to gender identity and vulnerability to HIV/AIDS among transgender women: a systematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.4, p.1-21. jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n4/1678-4464-csp-35-04-e00112718.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, p. 1-12, dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000505018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2020.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 1-4, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201. Acesso em: 24 set. 2020.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.4, p. 1-12, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2019000400504&script=sci_arttext. Acesso em: 24 set. 2020.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 78- 86, out. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100008. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-14, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n1/e170961/>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de *et al.* Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e bullying. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1553- 1564, set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501553&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 set. 2020.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, dez. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1509.pdf>.

Acesso em: 02 nov. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-18, nov. 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100505&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 217-255, out. 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517. Acesso em: 17 out. 2020.

RODRIGUES, Priscila Duarte. **Os novos paradigmas do sistema judiciário e a criminalização da homofobia e transfobia: uma análise a partir do pensamento habermasiano**. 2019. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG, 2019. Disponível em:

<http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/repositorio/article/view/1763/0>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SALEIRO, Sandra Palma. Diversidade de Género na Infância e Educação: Contributos para uma Escola Sensível ao (Trans)Género. **Revista Ex Aequo**, Portugal, v. 36, n. 2, p. 149-165, dez. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602017000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. O estudo científico da felicidade e a promoção da saúde: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 188-195, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_25. Acesso em: 9 set. 2020.

SILVA, Giannini Ferreira de Freitas. **A população transgênero no ambiente universitário: desafios**. 2018. 47 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-Rn, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/4575/1/GianniniFFS_MONO.pdf. Acesso em: 7 set. 2020.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 2, p. 1-7, jun. 2016. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000200404. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade**

de São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364, 26 dez. 2015. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27920>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SODRÉ, Francis *et al.* O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Revista Interface**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 43-53, mar. 2018. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000100043&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, p. 1-11, maio 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n10/1678-4464-csp-34-10-e00036318.pdf> . Acesso em: 18 out. 2020.

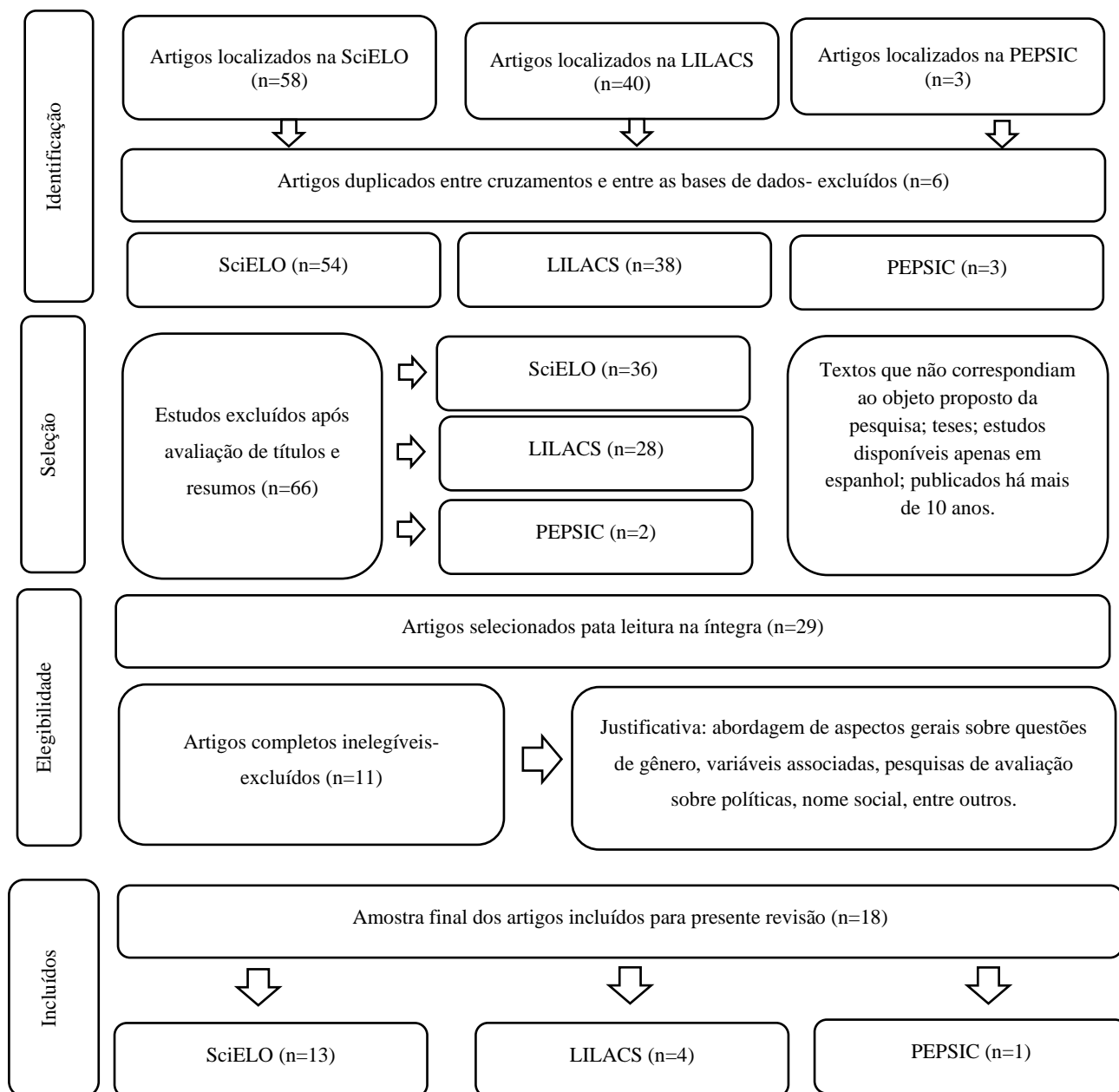
SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 11, p. 157-176, nov. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548#:~:text=A%20baixa%20escolaridade%20decorrente%20desse,cargos%20que%20exigem%20maior%20qualifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082010000100102&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2020.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 176-179, ago. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-875488>. Acesso em: 24 set. 2020.

VILLIKE, Larissa Pereira *et al.* Processo de identificação do transgênero e suas implicações sociais, psicológicas e afetivas. **Revista da Graduação em Psicologia da Puc Minas**, Minas Gerais, v. 4, n. 8, p. 287-307, dez. 2019. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22038>. Acesso em: 9 set. 2020.

Figura 1. Fluxograma do processo de elaboração desta revisão integrativa²⁸. Brasília, Distrito Federal, Brasil. 2020.



Fonte: conteúdo elaborado pelas autoras (2020).

Quadro 1 – Características gerais dos estudos incluídos.

Autores	Ano	Tipo de estudo	Classificação das evidências
MONTEIRO e BRIGEIRO	2019	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
MAGNO <i>et al.</i>	2019	Meta-análise de estudo clínico randomizado	Fortes – Nível I
BEZERRA <i>et al.</i>	2020	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
OLIVEIRA e ROMANINI	2020	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
ROCON <i>et al.</i>	2016	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
BARBOSA, SILVA, e SERÓDIO	2020	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
POPADIUK, OLIVEIRA e SIGMORELLI	2017	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SOUSA e IRIART	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
ROCON <i>et al.</i>	2019	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
SODRÉ <i>et al.</i>	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
SALEIRO	2017	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
ALMEIDA e VASCONCELLOS	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
MAGNO, DOURADO e SILVA	2017	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
SILVA <i>et al.</i>	2016	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SPIZZIRRI <i>et al.</i>	2017	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
FRANCO	2016	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SOUZA e BERNARDO	2014	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
NATAL-NETO, MACEDO e BICALHO	2016	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Quadro 2- Distribuição dos estudos revisados

Autores	Título	Objetivos	Resultados
MONTEIRO e BRIGEIRO	Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	Identificar políticas de prevenção do HIV e testagem em três municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, em grupos sexualmente marginalizados.	Mostrou-se a necessidade de melhorias no funcionamento do SUS, capacitação profissional e reconhecimento das especificidades de cada tecnologia de gênero.
MAGNO <i>et al.</i>	Stigma and discrimination related to gender identity and vulnerability to HIV/AIDS among transgender women: a systematic review	Analyze the relationship between stigma and discrimination related to gender identity in transgender women and vulnerability to HIV/AIDS.	The studies showed a relationship between stigma and discrimination and transgender women's vulnerability to HIV/AIDS and indicated the need for public policies to fight discrimination in society.
BEZERRA <i>et al.</i>	Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva	Identificar o que expressaram as publicações dos principais periódicos nacionais da área da saúde coletiva, à população LGBT, entre 2004 e 2018.	Verificou-se a necessidade de realização de pesquisas direcionadas à análise de implantação das políticas públicas de saúde LGBT, que traduzam as necessidades em saúde dessa população.
OLIVEIRA e ROMANINI	Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde	Compreender a forma como vão se construindo as trajetórias das pessoas transgênero nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul.	Mostrou-se que a existência de políticas públicas, por si só, não garante o acesso da população trans aos serviços de saúde.
ROCON <i>et al.</i>	Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde	Discutir as dificuldades de pessoas trans moradoras da região metropolitana da Grande Vitória/ES em acessarem os serviços de saúde no SUS.	Observou-se a necessidade de modificar o diagnóstico em sua função, já que a existência de uma patologia prévia não é requisito para acessar o SUS. E sobre a importância de campanhas sobre o direito do acesso a saúde livre de discriminação.
BARBOSA, SILVA e SERÓDIO	Transgender Population under the Bioethics Perspective: a Panorama of the Curricula and Bioethics Courses of Medical Schools of the State of São Paulo	To best address the different ethical and moral problems faced by transgender people, especially in their demand for appropriate health care.	It is postulated that the evident lack of content aimed at trans health in medical schools can make it difficult to reduce transphobia and develop more dignified services within the healthcare network for these people
POPADIUK, OLIVEIRA e SIGNORELLI	A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	Analisar como o Ministério da Saúde (MS) vem implementando o Processo Transsexualizador (PrTr) no SUS.	Mesmo com avanços consideráveis, os desafios persistem, sendo o mais ameaçador, atualmente, a possibilidade de retrocesso imposta por setores conservadores do executivo e legislativo.
SOUSA e IRIART	"Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil	Discutir as necessidades e demandas de saúde de homens trans	A transfobia estrutural faz disparar uma série de questões de saúde, ao mesmo tempo em que limita as possibilidades de obtenção de cuidado. A despatologização das vivências trans constitui o eixo central com base no qual o cuidado deve ser pensado, relacionando-a a mudanças culturais, políticas e sociais que impliquem a construção de uma sociedade não transfóbica e incidam no bem-estar e reconhecimento dos homens trans.

ROCON <i>et al.</i>	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa	Realizar uma busca literária sobre o acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira	O acesso da população trans no SUS é marcado por muitos desafios, como a discriminação, transexualização como doença, falta de preparo pelos profissionais, recursos escassos para investimentos entre outros.
SODRÉ <i>et al.</i>	O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	Discutir o que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde.	Considerou-se a necessidade de universalizar a hormonioterapia e o implante de silicone e a reivindicação por atendimento multiprofissional na saúde trans junto aos processos de transformação do corpo.
SALEIRO	Diversidade de gênero na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero	Identificar os problemas que se colocam às crianças e jovens diversas em termos de gênero no sistema educativo em Portugal.	Os resultados apontam para um panorama de estranheza, desamparo e mesmo violência em ambiente escolar, que evidenciam a necessidade de implementar medidas especificamente direcionadas a esta problemática.
ALMEIDA e VASCONCELLOS	Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?	Analisar a questão do acesso ao emprego pela população transexual e travesti no município de São Paulo,	Conclui-se pela necessidade de o Estado proteger e as empresas atuem com a devida diligência para garantir a não discriminação de pessoas trans no ambiente de trabalho.
MAGNO, DOURADO e SILVA	Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil.	Analisar suas experiências de estigmatização, descrevendo acontecimentos, atores e contextos que marcam as suas trajetórias de vida.	Considerou-se a necessidade de novas investigações que possam discutir e problematizar algumas das tensões e deslocamentos identitários e movimentos de resistência ao processo de estigmatização.
SILVA <i>et al.</i>	Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro	Analisar a partir do perfil sociodemográfico as situações de violência contra travestis e transexuais.	Na violência efetuada na população transgênera, acentuou-se o silenciamento das agressões sofridas e sua invisibilidade no contexto social e institucional reflete a inibição dos direitos humanos e ocultamento da realidade.
SPIZZIRRI <i>et al.</i>	Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros	Pesquisar a abordagem dos profissionais da saúde aos indivíduos transgêneros.	Os resultados indicam que ainda faltam treinamento específico e recursos para os profissionais da saúde que pretendem acompanhar indivíduos transgêneros em suas necessidades.
FRANCO	A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros	Não especificados	A inserção e permanência de alunas/os trans na escola consiste de uma dinâmica bastante recente em nossa sociedade, portanto, com amplas perspectivas de olhares a serem contextualizadas nas discussões de gênero e educação.
SOUZA e BERNARDO	Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional	Discutir a relação entre os problemas encontrados no ambiente escolar e a dificuldade para colocação profissional.	Indicam que a falta de aceitação e o preconceito no ambiente escolar geram obstáculos para o bom aproveitamento da educação formal e alto índice de evasão escolar entre as transexuais.
NATAL-NETO, MACEDO e BICALHO	A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar	Discorrer sobre a criminalização das identidades trans na escola, entrecortadas hegemonicamente pelas mais variadas dificuldades e violências.	Necessidade da promoção de debates no meio escolar através dos mais variados dispositivos, como oficinas junto aos professores e alunos, trazendo o questionamento das verdades postas quanto à sexualidade e ao gênero.

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).